

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Maio/2018

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO****Concurso Público para preenchimento de vagas
Advogado 01**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Usos da razão

A imaginação, o que dizer a respeito dela? Meus livros estão aí para provar que eu a tenho. Mas é uma imaginação que está sempre a serviço da razão. Ou melhor: que aceita a prevalência da razão. Posso formular assim: a imaginação é o ponto de partida, mas o caminho a partir daí pertence à razão.

Somos nós que nos afirmamos, por oposição ao comportamento dos animais, seres dotados de razão; por isso, não posso aceitar (e aí entra uma questão ética) que a razão seja usada contra a razão. Nesse sentido, uma razão que não é conservadora da vida, uma razão que não defende a vida, uma razão que (pondo a coisa num terreno mais prático, mais imediato) não se orienta para dignificar a vida humana, para respeitá-la, muito simplesmente para alimentar o corpo, para defender da doença, para defender de tudo o que há de negativo e que nos cerca, e que desgraçadamente é também produto da razão, é uma razão de que se faz um mau uso.

Se o homem é um ser racional e usa a razão contra si mesmo – um contra si mesmo representado pelos seus semelhantes –, então de que é que serve a razão? Se ela não serve à ética, ela se transforma numa arma destrutiva.

(SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 134/135)

1. Deve-se entender do texto que, para o escritor português José Saramago,
 - (A) a imaginação e a razão devem concorrer com igual importância para se estabelecer o sentido determinante de um texto.
 - (B) a imaginação, por importante que seja para se iniciar um texto, deve alcançar sua culminância apenas ao final dele.
 - (C) a razão deve estar sempre no comando das ações humanas, por isso ela não tem como ocorrer senão como uma prática anti-humanista.
 - (D) o motivo ético de nos orientarmos pelo uso da razão é o de vencer o emprego da imaginação quando esta se revela um puro instinto.
 - (E) a imaginação, quando firmemente orientada pela razão, pode servir ao imperativo ético de dignificar o homem como um ser racional.

2. Ao dizer que não pode aceitar que a razão seja usada contra a razão, o autor do texto justifica-se pelo fato de que,
 - (A) ao se recusar a um uso ético, a razão deixa de agir em favor da vida.
 - (B) ao se mobilizar pela ética, a razão pode contrariar seus próprios princípios.
 - (C) quando incorre nesse erro, ela empresta seu poder à esfera da imaginação.
 - (D) quando o homem racionaliza contra si mesmo, já não age de modo prático.
 - (E) ao retificar seus princípios básicos, a razão se propõe como uma nova ética.

3. Considerando-se o sentido do contexto, no segmento *tudo o que há de negativo e que nos cerca, e que desgraçadamente é também produto da razão* (2º parágrafo), admite-se que
 - (A) tudo o que há de negativo ocorre pelo fato de se negar algum uso deliberado da própria razão.
 - (B) o homem, lamentavelmente, sabe e pode empregar a razão para muito além de algum sentido positivo.
 - (C) em certas práticas podemos nos valer da razão para dar um sentido positivo àquilo que parece ser negativo.
 - (D) a humanidade tem, infelizmente, o poder de outorgar à ética a condução decisiva de práticas negativas.
 - (E) o que nos limita negativamente é a incapacidade de produzir com a razão algo que seja irracional.

4. Está clara, coerente e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Conquanto a imaginação seja importante para quem escreve, há vezes em que um texto seu chega mesmo a sobrepor-se diante dos recursos racionais.
 - (B) Saramago não admite a possibilidade de que a razão seja credora de ética, onde as pessoas são capazes de usá-la contra suas próprias qualidades.
 - (C) O temor manifesto de Saramago é o de que o uso da razão voltada contra si mesma implica numa arma destrutiva cujo o risco acaba sendo irracional.
 - (D) O autor do texto afirma não se deixar levar pela força da imaginação, se esta representar um desvio do caminho ético a ser trilhado pela razão.
 - (E) Seja qual for, a força da imaginação, não pode preponderar em virtude da razão, ainda quando o comando ético é imprescindível ao precisar se impor.



5. Há construção na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:
- (A) Precisamos defender-nos de toda e qualquer manifestação negativa do que nos rodeiam, mas para isso faz-se necessário o emprego da razão.
 - (B) Se a razão não nos protege das forças negativas que constitui uma ameaça, não poderiam haver quaisquer vantagens em sermos criaturas racionais.
 - (C) Ao ser dignificada pelo uso ético da razão, a vida dos homens alcança o patamar mais alto da caminhada empreendida em sua arriscada aventura.
 - (D) Não são dos hábitos dos bons escritores dispensar por completo o concurso da razão, se começam um romance valendo-se da plena imaginação.
 - (E) É na inseparabilidade entre razão e ética que muitos autores confiam, para que desponham em seus romances a exaltação dos valores que contam.

6. Considere o trecho do último parágrafo:

*Se o homem é um ser racional e usa a razão contra si mesmo (...), então de que é que serve a razão? Se ela não serve à ética, ela se **transforma** numa arma destrutiva.*

Se esse trecho se iniciasse pelo segmento **Se o homem fosse plena e absolutamente um ser racional**, as formas verbais destacadas deveriam ser, por consequência,

- (A) usar – serviria – servir – transformará
- (B) usasse – serviria – servisse – transformaria
- (C) use – servirá – servira – transformasse
- (D) usara – servisse – servisse – haverá transformado
- (E) usava – serviria – sirva – transformará

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

O moderno pelo moderno

*O escritor mexicano Octavio Paz, num de seus ensaios, lembrou que nós somos os integrantes de uma época que se chamam a si mesmos de **modernos**. Segundo ele, antes de nós as pessoas se identificavam como românticas, realistas, utópicas, revolucionárias, conservadoras etc. Nós nos chamamos de modernos, e ao nosso tempo de modernidade. Para Octavio Paz, isso significa que a qualidade de que nos valem para nossa localização no tempo é o próprio tempo – razão, talvez, para se pensar que já não temos nenhuma qualidade própria, a não ser a de sermos contemporâneos de nós mesmos. E o que seria ser moderno?*

Tudo indica que nosso tempo de aceleradíssimo desenvolvimento tecnológico e alucinante escalada de todos os meios de comunicação nos fez perder o sentido de qualquer outra coisa que não seja essa espécie de euforia por um presente permanente, vitorioso, que apaga toda a história passada e mira num futuro tão próximo que já parece estar sendo vivido. Teríamos perdido, portanto, um critério mais amplo para viver a fundo a nossa própria humanidade: seríamos produtos de um tempo que parece correr com velocidade própria e nos convida para pegar uma carona com ele, rumo à consumação de sabe-se lá qual projeto. Octavio Paz alerta-nos, pois, para alguma despersonalização coletiva que nos arrasta a todos, seduzidos pelos evidentes sucessos e fulminantes conquistas da ciência que já não sabemos se ainda estamos dominando ou apenas nos põe num caminho diferente do que até agora entendíamos como o rumo da civilização.

(Salvador Angusto, inédito)

7. O fato de sermos os *integrantes de uma época que se chamam a si mesmos de **modernos*** indica que
- (A) baseamo-nos num conceito permanentemente valorizado pela história para buscarmos uma vez mais definir-nos a nós mesmos.
 - (B) fincamos o pé em nosso tempo para criticar tudo o que nos antecedeu e vislumbrar um futuro em que nos superemos a nós mesmos.
 - (C) encontramos um modo de personalização coletiva que nos faz projetar o futuro como um avanço para a socialização definitiva.
 - (D) limitamo-nos a manipular o sentido do tempo de modo que ele sirva a todos os nossos propósitos, inclusive os destrutivos.
 - (E) perdemos qualquer referência de valor que não seja a do próprio tempo para qualificarmos a nós mesmos como seu produto.
8. A expressão que dá título ao texto – *o moderno pelo moderno* – encontra uma forma equivalente de afirmar nossa auto-suficiente localização na história em
- (A) *sermos contemporâneos de nós mesmos.*
 - (B) *aceleradíssimo desenvolvimento tecnológico.*
 - (C) *alguma despersonalização coletiva.*
 - (D) *se identificavam como românticas, realistas, utópicas, revolucionárias, conservadoras etc.*
 - (E) *alucinante escalada de todos os meios de comunicação.*



9. *Teríamos perdido, portanto, um critério mais amplo para viver a fundo a nossa própria humanidade...*

Uma nova redação da frase acima, na qual se mantenham sua correção e seu sentido básico, está em:

- (A) É assim, por conseguinte, que o fundamento da nossa humanidade, sem critérios mais amplos, com eles também se perderiam.
- (B) A nossa humanidade mesmo está em risco, pois botamos a perder qualquer critério mais amplo que chegarmos a viver.
- (C) Por isso perderíamos a dimensão de um critério maior para que possamos aprofundar-nos o sentido mesmo do viver.
- (D) Teria sido afastada, assim, a possibilidade de se viver de modo mais profundo e criterioso a nossa condição de seres humanos.
- (E) Conquanto se teria perdido um critério mais amplo para nós desfrutarmos a nossa humanidade, de modo inclusive, muito mais aprofundado.

10. *Octavio Paz alerta-nos para a despersonalização pela qual somos todos arrastados.*

Reescrita de modo que a forma verbal ativa se transforme em passiva e a forma verbal passiva se transforme em ativa, obtém-se a seguinte frase, em correta e coerente redação:

- (A) Octavio Paz teria nos alertado para alguma despersonalização que teria arrastado-nos.
- (B) Somos alertados por Octavio Paz para a despersonalização que nos arrasta a todos.
- (C) A despersonalização alertada por Octavio Paz é a mesma pela qual nos arrastamos.
- (D) Octavio Paz nos terá alertado para a despersonalização em que teremos sido arrastados.
- (E) Estamos sendo alertados por Octavio Paz para a despersonalização em que nos arrastam.

11. *O nosso tempo é a nossa medida exclusiva, tornamos o nosso próprio tempo o soberano de nós mesmos, atribuímos ao nosso próprio tempo qualidades que não deveriam transformar o nosso próprio tempo num tempo absoluto.*

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) tornamos-lhe – atribuímos-lhe – transformar-lhe
- (B) tornamo-lo – atribuímo-lo – transformá-lo
- (C) o tornamos – lhe atribuímos – lhe transformamos
- (D) tornamo-lhe – o atribuímos – o transformar
- (E) tornamo-lo – atribuímos-lhe – transformá-lo

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo:

Gestão dos recursos hídricos

A gestão dos recursos hídricos é decisão política, motivada pela escassez relativa de tais recursos. Quando a escassez de água é previsão de médio ou longo prazo, deixa de ser evidente, e apenas preocupações conservacionistas podem levar à gestão dos recursos hídricos. Isso tem ocorrido a partir da década de 70, com os ambientalistas organizando-se e agindo de forma a provocar a antecipação de ações que visam à conservação dos recursos hídricos antes que as situações atinjam índices críticos.

Porém, em qualquer circunstância, a informação ao público dos conflitos potenciais quanto ao uso dos recursos hídricos é fundamental, sem o que a motivação política nunca acontecerá, antes de condições de degradação praticamente irreversíveis.

(VV.AA. **Modelos para gerenciamento de recursos hídricos**. São Paulo: Nobel/ABRH, 1987, p. 14)

12. Da leitura do 1º parágrafo deve-se entender que a escassez de água,

- (A) ao se aproximar de índices alarmantes, demanda providências imediatas de todos os responsáveis pela preservação do meio ambiente.
- (B) quando prevista com razoável ou bastante antecedência, permite operações preventivas de ambientalistas.
- (C) por constituir uma preocupação dos políticos ambientalistas, deve ser prevista com o máximo de antecedência.
- (D) uma vez ocorrendo em níveis relativos, passa a ser um desafio para medidas de contenção dos recursos hídricos.
- (E) sempre que se anuncia com alguma gravidade, incita os ambientalistas a se associarem aos conservacionistas.



13. No 2º parágrafo, sem o que está-se referindo precisamente ao elemento textual
- (A) *qualquer circunstância.*
 - (B) *conflitos potenciais.*
 - (C) *uso dos recursos hídricos.*
 - (D) *motivação política.*
 - (E) *informação ao público.*
-
14. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) É imprescindível, sempre, que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política para o setor, com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
 - (B) É imprescindível sempre, que se mantenha o público informado, sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política para o setor com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
 - (C) É imprescindível, sempre, que se mantenha o público informado, sobre a gestão dos recursos hídricos se se deseja sucesso, na implantação de uma política para o setor, com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
 - (D) É imprescindível sempre que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política, para o setor, com vistas à prevenção, e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
 - (E) É imprescindível sempre, que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso, na implantação de uma política, para o setor, com vistas à prevenção e à garantia, de um bem logrado controle ambiental.
-
15. Está correta a flexão verbal e estão plenamente atendidas as normas de concordância na frase:
- (A) Caso não se tome providências políticas para uma boa gestão dos recursos hídricos, o que haver de degradação ambiental será irreparável.
 - (B) Não aprouveram aos chefes do setor providenciar com urgência os reparos necessários para que se contesse o vazamento na tubulação.
 - (C) A nenhum deles ocorreu que os incidentes da usina hidrelétrica se deveram à falta de pequenas providências que teriam podido controlar a vazão.
 - (D) Os reparos feitos na barragem não deteram a vazão descontrolada do rio, provocado por pequeno abalo sísmico que se detectou na região.
 - (E) Por necessário que seja, em caráter de urgência, a instalação de novas turbinas, a escassez de recursos econômicos vêm adiando a medida.
-

Matemática e Raciocínio Lógico

16. Um departamento possui 24 funcionários, sendo que alguns têm formação superior apenas em Direito, mais do que um tem formação superior apenas em Administração, alguns têm formação superior em Direito e Administração, e outros não possuem formação superior. Desses funcionários, 19 possuem apenas uma formação superior e 2 não possuem formação superior. Sendo assim, o maior número possível de funcionários desse departamento que possuem formação superior em Direito é igual a
- (A) 20.
 - (B) 16.
 - (C) 14.
 - (D) 19.
 - (E) 17.



17. Os códigos de arquivamento de processos em um fórum são constituídos por duas letras seguidas por dois algarismos. São usadas as 26 letras do nosso alfabeto, o que inclui K, W e Y, e as letras podem se repetir. Os dez algarismos usados vão do 0 ao 9 e também podem ser repetidos. A organização dos códigos nos arquivos segue a ordem alfabética das letras, como em um dicionário e, em seguida, a ordem crescente dos números. Sendo assim, o 1º código arquivado é AA00, e o 67600º e último código arquivado é ZZ99. Nesse sistema de códigos e arquivamento, o 2018º código arquivado será
- (A) AT17.
(B) AU18.
(C) UA82.
(D) AU82.
(E) AT82.
-
18. A respeito de um objeto, sabe-se que:
- se é pequeno, então é escuro;
 - se é quadrado, então é de papel;
 - se não é pequeno, então não é quadrado.
- Se o objeto é quadrado, é correto afirmar que ele é
- (A) pequeno, escuro, mas não é de papel.
(B) pequeno, claro e de papel.
(C) de papel, escuro e grande.
(D) de papel, escuro e pequeno.
(E) grande, escuro e de papel.
-
19. Dez funcionários possuem salários diferentes. Seus salários, em ordem crescente, são de R\$ 2.000,00; R\$ 2.100,00; R\$ 2.200,00 e assim sucessivamente, sempre aumentando em R\$ 100,00 em relação ao anterior. O número mínimo desses funcionários que devem ser sorteados ao acaso para que se tenha certeza de que os que não foram sorteados tenham soma dos salários inferior a R\$ 14.000,00 é igual a
- (A) nove.
(B) seis.
(C) cinco.
(D) sete.
(E) quatro.
-
20. Quarenta e uma tarefas devem ser distribuídas entre Ana, Bruna, Célia e Débora para que realizem ao longo de uma semana de trabalho. Sabendo-se que funcionárias mais experientes são mais rápidas na realização das tarefas, o número de tarefas que cada funcionária receberá será diretamente proporcional ao número de anos que ela trabalha na empresa. Das quatro funcionárias, Ana é a que possui menos anos de empresa, o que corresponde a $\frac{2}{5}$ dos anos de trabalho de Débora, que é a mais antiga na empresa. Célia tem 2 anos a menos de empresa do que Débora, e Bruna tem 1 ano a mais de empresa do que Ana. Se a média de anos de empresa das quatro funcionárias é igual a 10,25 anos, então, do total de tarefas que serão distribuídas entre as quatro funcionárias, Ana receberá
- (A) $\frac{15}{41}$.
(B) $\frac{3}{41}$.
(C) $\frac{3}{20}$.
(D) $\frac{6}{41}$.
(E) $\frac{1}{5}$.

**Conhecimentos de Microinformática**

21. Considere o trecho de texto a seguir.

Para as categorias de consumo existem tabelas com os valores estabelecidos para o consumo de até 10 m³, de 11 a 20 m³, de 21 a 50 m³ e acima de 50 m³, exceto para as tarifas residencial social e residencial favelas que possuem 5 faixas de consumo, isto é, até 10 m³, de 11 a 20 m³, de 21 a 30 m³, 31 a 50 m³ e acima de 50 m³.

(Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=183>)

No Microsoft Word 2010, em português, o número 3 presente em m³, após ser selecionado, pode ser colocado em sobrescrito a partir da janela de formatação de fonte que aparecerá pressionando-se

- (A) Ctrl + D.
- (B) Ctrl + F.
- (C) Ctrl + P.
- (D) Ctrl + L.
- (E) Ctrl + U.

22. Em uma planilha criada no Microsoft Excel 2010, em português, há duas pastas de trabalho: Plan1 e Plan2. Na célula C3 da pasta de trabalho Plan1, há um valor resultante de um cálculo. Para copiar o valor presente nessa célula para a célula A1 da pasta de trabalho Plan2, de forma que se for alterado o valor contido na célula C3 da pasta de trabalho Plan1, o valor equivalente seja automaticamente atualizado na célula A1 da pasta de trabalho Plan2, a célula A1 deve conter a função

- (A) =ORIGEM[Plan1!\$C\$3]
- (B) =Plan1[\$C\$3]
- (C) =HERDAR[Plan1!\$C\$3]
- (D) =VINCULAR(Plan1!\$C\$3)
- (E) =Plan1!\$C\$3

23. No Explorador de Arquivos do Windows 10, em português, para formatar um *pen drive* plugado em uma entrada USB e reconhecido como unidade de disco pela letra F,

- (A) seleciona-se a opção Formatar na guia Arquivo, depois a letra F do *pen drive* e clica-se no botão Iniciar.
- (B) clica-se no menu Ferramentas, depois na opção Formatar, seleciona-se a unidade de *pen drive* F e clica-se em Iniciar.
- (C) seleciona-se a unidade F do *pen drive*, clica-se no menu Arquivo, depois em Opções de disco, depois em Formatar e, por fim, no botão Iniciar.
- (D) clica-se com o botão direito do *mouse* sobre a letra F, seleciona-se a opção Formatar e clica-se no botão Iniciar.
- (E) clica-se com o botão direito do *mouse* sobre a letra F, seleciona-se Opções de Disco, depois seleciona-se Formatar e clica-se no botão OK.

24. Um usuário está com uma janela do Explorador de Arquivos sobre parte da Área de Trabalho do Windows 10. Nessa janela estão os arquivos da pasta Documentos que fica na mesma partição do HD onde o Windows está instalado. Se ele arrastar um arquivo da janela do Explorador de Arquivos e soltar sobre a Área de Trabalho do Windows, o arquivo

- (A) continuará na pasta Documentos, mas será criado um atalho para ele na área de Trabalho.
- (B) será movido da pasta Documentos para a Área de trabalho.
- (C) será enviado para a Lixeira, já que a área de trabalho só comporta atalhos para aplicativos de *software*.
- (D) será fixado na barra de tarefas, para que possa ser aberto posteriormente de forma rápida.
- (E) será apenas copiado da pasta Documentos para a Área de trabalho, criando um atalho para o arquivo.

25. Um usuário que possui perfil de administrador em um computador com o Windows 10, em português, percebeu que, apesar de seu computador estar conectado fisicamente à impressora, ela não aparecia como opção para impressão de documentos no Microsoft Word e em outros *softwares*, pois não estava instalada no Windows. Uma maneira rápida de instalar a impressora é a partir da opção

- (A) *Hardware* e Sons, acessada no Painel de Controle.
- (B) Sistema e Segurança, acessada no Painel de Controle.
- (C) Impressoras e Dispositivos, acessada nas Ferramentas Administrativas.
- (D) Instalar Impressora, acessada a partir do botão Iniciar.
- (E) Rede e Impressora, acessada a partir do Painel de Controle.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

26. Frederico, Vice-Presidente da República, pretende ausentar-se do país por vinte dias. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Frederico
- (A) poderá ausentar-se do país sem necessidade de qualquer autorização.
 - (B) precisará de autorização do Congresso Nacional, que detém a competência exclusiva para tanto.
 - (C) precisará de autorização do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
 - (D) precisará de autorização do Senado Federal, que detém a competência exclusiva para tanto.
 - (E) precisará de autorização do Senado Federal, com a sanção do Presidente da República.

27. Considere apenas as informações fornecidas abaixo:

- I. Mariana, a fim de obter a expedição do seu diploma pela instituição particular de ensino superior na qual se formou, pretende impetrar Mandado de Segurança, uma vez que não há qualquer impedimento para a referida expedição.
- II. O Partido Político "X", sem representação no Congresso Nacional, para proteger direito líquido e certo de seus integrantes, deseja impetrar Mandado de Segurança em face de determinada autoridade pública.
- III. A Ordem dos Advogados do Brasil deseja impetrar Mandado de Segurança em defesa dos interesses dos advogados, em face de autoridade pública, para proteger determinado direito líquido e certo.

De acordo com a Constituição Federal, o Mandado de Segurança poderá ser impetrado

- (A) por Mariana, na modalidade individual e, na modalidade coletiva, apenas pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) apenas pela Ordem dos Advogados do Brasil, na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Mariana.
- (C) pelo Partido Político "X" e pela Ordem dos Advogados do Brasil na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Mariana.
- (D) por Mariana, na modalidade individual, e pelo Partido Político "X" e pela Ordem dos Advogados do Brasil na modalidade coletiva.
- (E) apenas pelo Partido Político "X" na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Mariana.

28. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Bernardino é juiz do Tribunal Regional Federal da 3º Região, possui 34 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada.
- II. Frederica é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, possui 59 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada.
- III. Julia é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, possui 64 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada.

De acordo com a Constituição Federal do Estado de São Paulo, preenchidas as formalidades legais, e com base apenas nos dados fornecidos, poderão compor o Superior Tribunal de Justiça,

- (A) Bernardino, Frederica e Julia, sendo o referido Tribunal composto de, no mínimo, 31 Ministros.
- (B) somente Frederica, sendo o referido Tribunal composto de, no mínimo, 31 Ministros.
- (C) somente Bernardino e Frederica, sendo o referido Tribunal composto de, no mínimo, 33 Ministros.
- (D) somente Frederica e Julia, sendo o referido Tribunal composto de, no mínimo, 33 Ministros.
- (E) Bernardino, Frederica e Julia, sendo o referido Tribunal composto de, no mínimo, 33 Ministros.

29. Com relação ao Sistema Tributário Nacional, considere:

- I. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- II. As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos, desde que a base permita a interpretação extensiva.
- III. Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- IV. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.



30. Estabelece a Constituição Federal que, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar, é vedada, dentre outras hipóteses, a concessão de
- (A) anistia das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, sendo permitida a remissão.
 - (B) remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento.
 - (C) exclusivamente remissão das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, sendo permitida a anistia.
 - (D) remissão das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, sendo permitida a anistia.
 - (E) remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Direito Civil e Empresarial

31. Paloma adquiriu, em um estabelecimento comercial físico, um produto de consumo durável, descobrindo, em seguida, que o objeto possuía vício de qualidade que o tornava impróprio ao consumo a que se destinava. Sabendo que a substituição da parte viciada compromete a qualidade do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Paloma
- (A) não poderá exigir a restituição imediata da quantia paga, pois esta apenas é permitida no caso de vício de quantidade sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.
 - (B) poderá exigir a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, apenas se não houver produto da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, para substituição.
 - (C) poderá, à sua escolha, exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou, ainda, exigir o abatimento proporcional do preço.
 - (D) poderá exigir a restituição da quantia paga apenas se não houver a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, no prazo de trinta dias.
 - (E) não poderá exigir a restituição imediata da quantia paga, pois a mesma apenas é possível no caso de bens não duráveis, já que o saneamento do vício nesses produtos se torna de difícil conclusão.

32. Determinado contrato de locação não residencial possui as seguintes características:
- I. O contrato foi celebrado por escrito e com prazo determinado de seis anos.
 - II. O locatário está explorando o comércio no ramo de lavanderia há três anos e cinco meses ininterruptos, uma vez que no início da locação explorava o ramo alimentício.
- De acordo com a Lei nº 8.245/91 (Locação Predial Urbana), no caso narrado, respeitadas as determinações legais pertinentes,
- (A) não haverá direito a renovação, uma vez que ocorreu troca do ramo de exploração comercial.
 - (B) haverá direito a renovação do contrato por mais seis anos.
 - (C) haverá direito a renovação do contrato por no máximo mais cinco anos.
 - (D) não haverá direito a renovação, uma vez que o prazo mínimo exigido quando há troca do ramo de exploração comercial é de quatro anos na nova exploração.
 - (E) haverá direito a renovação do contrato por no máximo mais três anos.

33. Com relação aos contratos de adesão, de acordo com o Código Civil,
- (A) são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - (B) quando houver cláusulas ambíguas, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.
 - (C) são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - (D) são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - (E) quando houver cláusulas contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.

Direito Administrativo

34. Presentes os devidos pressupostos, foi celebrado acordo de leniência com a pessoa jurídica "W", que praticou ato contra princípios da Administração pública nacional em seu benefício. De acordo com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a pessoa jurídica "W",
- (A) terá reduzida em até 2/3 o valor da multa aplicável e ficará isenta de reparar o dano causado.
 - (B) terá reduzida até a metade o valor da multa aplicável, mas continuará obrigada a reparar integralmente o dano causado.
 - (C) ficará impedida de celebrar novo acordo caso haja descumprimento deste, pelo prazo de oito anos contados do conhecimento pela Administração pública do referido descumprimento.
 - (D) ficará impedida de celebrar novo acordo caso haja descumprimento deste, pelo prazo de cinco anos contados do conhecimento pela Administração pública do referido descumprimento.
 - (E) poderá receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.



35. Considere:

- I. João tem 10 anos de experiência profissional no setor público, na área de atuação da Sociedade de Economia mista "X".
- II. Laura tem experiência profissional de 5 anos ocupando o cargo de docente em área de atuação da Sociedade de Economia mista "X".
- III. Letícia exerce, há cinco anos, cargo em organização sindical ligada à área da Sociedade de Economia mista "X".

Supondo que todos são cidadãos que têm reputação ilibada e notório conhecimento e que os demais requisitos se encontram atendidos, de acordo com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), poderão ser escolhidos como membros do Conselho de Administração da Sociedade de Economia mista "X":

- (A) Laura e Letícia, apenas.
- (B) João, Laura e Letícia.
- (C) João, apenas.
- (D) João e Laura, apenas.
- (E) Laura, apenas.

36. Geraldo, pesquisando sobre as licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, descobre que, nesses casos, de acordo com a Lei nº 12.462/2011 (Lei que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), o regime de contratação por tarefa

- (A) poderá ser adotado excepcionalmente nos casos de inviabilidade da adoção dos regimes de empreitada por preço global, empreitada integral ou contratação integrada, devendo ser inseridos nos autos do procedimento os motivos que justificaram a exceção.
- (B) deverá ser adotado, preferencialmente, não havendo necessidade de inserir nos autos os motivos que justificaram sua adoção.
- (C) poderá ser adotado excepcionalmente nos casos de inviabilidade da adoção especificamente do regime de empreitada por preço unitário, devendo ser inseridos nos autos do procedimento os motivos que justificaram a exceção.
- (D) poderá ser adotado excepcionalmente nos casos de inviabilidade da adoção dos regimes de empreitada por preço unitário, empreitada por preço global, empreitada integral ou contratação integrada, devendo ser inseridos nos autos do procedimento os motivos que justificaram a exceção.
- (E) não poderá ser adotado, sendo permitida apenas a adoção dos regimes de empreitada por preço unitário, empreitada por preço global, empreitada integral ou contratação integrada.

37. A informação de interesse coletivo custodiada por um órgão público do município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em regra,

- (A) deve ser divulgada apenas nos sítios oficiais da internet, sendo dispensada essa divulgação em outros locais, pois tal informação é apenas custodiada pelo órgão, não tendo sido por ele produzida.
- (B) deve ser divulgada em local de fácil acesso, sendo dispensada a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores.
- (C) deve ser divulgada, mediante requerimento, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, e em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).
- (D) é dispensada da divulgação, pois esta é obrigatória apenas no caso de informações de interesse coletivo ou geral que sejam produzidas por órgãos ou entidades públicas.
- (E) deve ser por ele divulgada, independentemente de requerimento, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, sendo obrigatória essa divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

38. Suponha que a Administração pública realize a contratação de serviços pela modalidade pregão e, cumpridas todas as etapas, declare o vencedor do certame, podendo haver recurso por parte de qualquer licitante, desde que observados os requisitos legais. De acordo com a Lei nº 10.520/2002 (Pregão),

- (A) será concedido o prazo de cinco dias após a declaração do vencedor para a apresentação das razões do recurso, sendo os demais licitantes intimados desde logo para apresentar contrarrazões em igual número de dias.
- (B) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante após a declaração do vencedor importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- (C) o acolhimento de recurso importará, como regra, não apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, como anulará toda a licitação.
- (D) será concedido o prazo de sete dias após a declaração do vencedor para a apresentação das razões do recurso, sendo os demais licitantes intimados desde logo para apresentar contrarrazões em igual número de dias.
- (E) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante após a declaração do vencedor importará a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor provisoriamente, abrindo-se o prazo de três dias para recurso após a adjudicação.

**Direito Processual Civil**

39. Com amparo no Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar:
- (A) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, sempre induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
 - (B) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu no caso de improcedência liminar do pedido.
 - (C) Se o réu comparece espontaneamente para alegar a inexistência de citação, esta deverá ser feita em Cartório, na pessoa de seu advogado.
 - (D) É absolutamente vedada a citação do militar em serviço ativo na unidade em que estiver servindo.
 - (E) A indispensabilidade da citação do réu ou do executado para a validade do processo comporta exceções.
-
40. O juízo estadual, verificando que certa ação de ressarcimento de danos é proposta em face de Mévio e da Caixa Econômica Federal, dá-se por incompetente e remete os autos ao juízo federal que, por sua vez, após ouvir as partes, exclui do processo a referida empresa pública e devolve os autos ao juízo estadual. Nessa situação, segundo dispõe o Código de Processo Civil de 2015, o juízo
- (A) estadual, se discordar da decisão do juízo federal, deverá a este reenviar os autos, expondo as razões do seu convencimento.
 - (B) federal, após excluir a Caixa Econômica Federal do feito, deveria ter suscitado conflito negativo de competência.
 - (C) estadual, se discordar da decisão do juízo federal, deverá suscitar conflito negativo de competência, no prazo preclusivo de 5 dias.
 - (D) federal agiu acertadamente ao devolver os autos ao juízo estadual após excluir a Caixa Econômica Federal do feito, não se cogitando, no caso, de conflito de competência.
 - (E) estadual, ao verificar que a relação processual envolvia a Caixa Econômica Federal, deveria desde logo, ter suscitado o conflito de competência perante o Tribunal competente, sobretudo se, de acordo com o seu pensamento, a Caixa Econômica Federal fosse, sim, parte legítima no feito.
-
41. Se Lucrécia interpôs recurso com o manifesto intuito de protelar a solução final do processo,
- (A) fica caracterizada a litigância de má-fé, caso em que, de ofício ou a requerimento, o juiz a condenará a pagar multa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
 - (B) fica caracterizada a litigância de má-fé, caso em que – e somente se houver requerimento a esse respeito – o juiz poderá condená-la a pagar multa e a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu.
 - (C) não fica caracterizada a litigância de má-fé, eis que não atingida a dignidade da Justiça, razão pela qual, de ofício ou a requerimento, o juiz a condenará a pagar as custas do processo a que indevidamente deu causa, ainda que se saia vencedora.
 - (D) fica caracterizada a litigância de má-fé, sendo que o juiz, de ofício, poderá aplicar-lhe uma multa, com base no valor atualizado da causa, e, se somente houver requerimento expresso, poderá condená-la a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
 - (E) não fica caracterizada a litigância de má-fé, porque o princípio da ampla defesa confere à parte o direito de se utilizar dos recursos cabíveis para fazer valer o seu direito.

Direito Urbanístico

42. Considere os seguintes requisitos:
- I. Os lotes terão área mínima de 100 m² e frente mínima de 3 metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
 - II. Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
 - III. As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
- De acordo com a Lei nº 6.766/79 (Parcelamento de Solo), os loteamentos deverão atender, dentre outros, os requisitos indicados APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) III.



43. Ellen é proprietária de área do solo urbano não edificado e, por essa razão, foi regularmente notificada pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação determinada na lei específica para edificação do solo dentro do prazo estabelecido. Ocorre que Ellen descumpriu as condições e o prazo previsto tendo, portanto, o Município procedido à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota, nos termos do artigo 7º, § 1º, do Estatuto da Cidade. Dessa forma,
- (A) decorridos 5 anos da cobrança do IPTU progressivo sem que Ellen tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à usucapião, efetivando o adequado aproveitamento do imóvel diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros.
 - (B) decorridos 3 anos da cobrança do IPTU progressivo sem que Ellen tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à desapropriação extraordinária do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
 - (C) o Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de quinze anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
 - (D) decorridos 5 anos da cobrança do IPTU progressivo sem que Ellen tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
 - (E) decorridos 15 anos da cobrança do IPTU progressivo sem que Ellen tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à usucapião extraordinária, efetivando o adequado aproveitamento do imóvel diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

Direito Tributário

44. Com relação às limitações ao Poder de Tributar,
- (A) subsídios, isenções e redução de base de cálculo relativos a impostos, taxas ou contribuições, poderão, em regra, ser concedidos mediante lei genérica, não sendo exigível lei específica que regule exclusivamente tais matérias.
 - (B) a vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros é extensiva às autarquias.
 - (C) é lícito à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) é lícito à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (E) é lícito à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, vedada a concessão de incentivos fiscais de qualquer natureza.

45. No tocante à competência tributária, considere:

- I. A competência tributária, em regra, é indelegável.
- II. O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição Federal a tenha atribuído.
- III. Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) II.

Direito do Trabalho e Previdenciário

46. Considere a seguinte situação hipotética:

Durante dois anos seguidos, Felícia, bióloga, realiza trabalho extraordinário consubstanciado em 1 hora extra diária de segunda-feira a quarta-feira. A SABESP, sua empregadora, pretende imediatamente suprimir parcialmente esse trabalho extraordinário. De acordo com entendimento Sumulado do TST, Felícia

- (A) não terá direito à indenização uma vez a supressão de horas extras é possível em razão do princípio protetivo da saúde do trabalhador.
- (B) terá direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas parcialmente.
- (C) não terá direito à indenização uma vez que a supressão não foi total.
- (D) terá direito à indenização correspondente ao valor do seu salário acrescido de 50%.
- (E) terá direito à indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.



47. O aviso prévio

- (A) é direito irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador de serviço obtido novo emprego.
- (B) não é devido o aviso prévio na despedida indireta, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- (C) é devido na proporção de 50% na despedida indireta, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- (D) será de cinco dias quando o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
- (E) indenizado, não possui como integrante de sua base de cálculo horas extras habituais.

Direito Ambiental

48. De acordo com a Lei nº 9.433/1997, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural e a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo

- (A) independe e depende de outorga do Poder Público, respectivamente.
- (B) independem de outorga do Poder Público.
- (C) dependem de outorga do Poder Público.
- (D) depende e independe de outorga de Poder Público, respectivamente.
- (E) somente dependem de outorga do Poder Público quando o prazo da conduta for superior a três anos.

49. Após cumpridas as exigências legais e aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo, de acordo com a Lei nº 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano),

- (A) ao registro imobiliário dentro de 30 dias e, examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis encaminhará comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 5 dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 dias contados da data da última publicação.
- (B) à Prefeitura, dentro de 180 dias, que analisará a documentação e, encontrada em ordem, fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 dias contados da data da última publicação, enviando após o registro imobiliário para que proceda ao registro.
- (C) ao registro imobiliário dentro de 180 dias e, examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis encaminhará comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 dias contados da data da última publicação.
- (D) ao Ministério Público, dentro de 180 dias, para que analise a documentação apresentada e se manifeste no prazo de 5 dias, enviando após o registro imobiliário para que proceda ao registro e em seguida à Prefeitura que fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 dias consecutivos.
- (E) ao Ministério Público, dentro de 30 dias, para que analise a documentação apresentada e se manifeste no prazo de 15 dias, enviando após o registro imobiliário para que proceda ao registro e, em seguida, à Prefeitura, que fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 5 dias consecutivos.

50. Considere:

- I. Baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- II. Comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- III. Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- IV. Primariedade, bons antecedentes e idade inferior a 25 anos ou superior a 65 anos.

De acordo com a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), são circunstâncias que atenuam a pena as indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.